



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, jan/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUB-SECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa BIASON

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 12, dezembro 2009. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em dezembro de 2009 foi superavitário em R\$ 1,7 bilhão, contra R\$ 10,7 bilhões obtidos em novembro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 11,6 milhões; a Previdência Social (RGPS) registrou superávit de R\$ 1,8 bilhão e para o Banco Central foi apurado déficit de R\$ 68,3 milhões.

O resultado primário do Governo Central em dezembro de 2009 foi superavitário em R\$ 1,7 bilhão, contra R\$ 10,7 bilhões obtidos em novembro.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	NOV 2009	DEZ 2009	JAN-DEZ 2008 2009	
I. RECEITA TOTAL	74.239,9	79.647,5	716.658,4	739.304,5
I.1. Receitas do Tesouro	57.189,3	53.797,3	551.343,8	555.053,8
I.1.1. Receita Bruta (1)	59.509,0	56.927,9	564.732,6	569.846,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.319,7	-3.130,6	-13.387,7	-14.737,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-1,1	-54,8
I.2. Receitas da Previdência Social	16.808,5	25.591,5	163.355,3	182.008,4
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	16.410,0	25.147,2	158.382,8	177.444,3
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	398,5	444,3	4.972,5	4.564,1
I.3. Receitas do Banco Central	242,1	258,6	1.959,3	2.242,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.176,5	13.896,2	133.075,5	127.683,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	62.063,4	65.751,3	583.582,9	611.620,7
IV. DESPESA TOTAL	51.400,6	64.051,5	497.900,5	572.405,2
IV.1. Despesas do Tesouro	31.144,7	39.889,5	295.907,2	344.657,0
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.400,3	16.869,3	130.829,1	151.652,8
IV.1.2. Custeio e Capital	17.640,5	22.878,2	164.035,5	191.824,7
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.101,1	2.151,7	21.026,4	27.433,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	722,7	700,3	5.979,8	5.410,8
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.633,9	1.641,6	16.036,2	18.946,0
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.182,8	18.384,6	120.993,1	140.034,9
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	9.959,1	11.411,9	92.724,4	105.898,1
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	3.223,7	6.972,7	28.268,7	34.136,7
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	104,0	142,1	1.042,5	1.179,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	19.924,7	23.835,0	199.562,0	224.876,4
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.956,6	19.097,6	159.652,1	180.026,3
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.968,1	4.737,5	39.910,0	44.850,1
IV.3. Despesas do Banco Central	331,2	326,9	2.431,3	2.871,8
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	14.244,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	10.662,8	1.699,8	71.438,4	39.215,5
VI.1. Tesouro Nacional	13.868,1	11,6	108.117,1	82.713,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.116,3	1.756,5	-36.206,7	-42.867,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	453,3	6.049,7	-1.269,3	-2.582,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.569,6	-4.293,1	-34.937,5	-40.286,0
VI.3. Banco Central (6)	-89,0	-68,3	-472,0	-629,6
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,38%	1,25%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADAS JAN-DEZ %		
DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
Receitas	15,8%	3,2%
Tesouro	15,6%	0,7%
Previdência	16,3%	11,4%
Transferências	26,0%	-4,1%
Receita Líquida	13,7%	4,8%
Despesas	9,3%	15,0%
Benefícios	7,7%	12,7%
Pessoal	12,4%	15,9%
Custeio e Capital	8,3%	16,9%
FAT	12,8%	30,5%
Subsídios	-40,3%	-9,5%
LOAS/RMV	13,0%	18,1%
Outras	11,4%	15,7%
Custeio	7,2%	14,2%
Capital	27,9%	20,8%
PIB	12,9%	4,3%

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Receita Total	23,85%	23,58%
Transferências	4,43%	4,07%
Receita Líquida	19,42%	19,51%
Despesa Total	16,57%	18,26%
Resultado Primário	2,85%	1,25%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 2,6 bilhões (4,3%), passando de R\$ 59,5 bilhões em novembro para R\$ 56,9

bilhões em dezembro. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) recolhimento, em dezembro, da apuração semestral do IRRF – Rendimentos de Capital sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos (Lei nº 10.892/04); ii) arrecadação de dividendos, superior em R\$ 3,4 bilhões ao valor apurado em novembro; e iii) transferência e movimentação entre contas de depósitos judiciais e extrajudiciais em novembro, ao amparo da Medida Provisória nº 468/2009, seguindo cronograma definido por meio das Portarias MF nº 510/2009 e nº 531/2009.

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 13,9 bilhões em dezembro, contra R\$ 12,2 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 14,1% em termos nominais. As transferências constitucionais registraram R\$ 12,0 bilhões, com aumento de 31,7% frente a novembro de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no primeiro decêndio do mês. As demais transferências reduziram-se para R\$ 1,7 bilhão em dezembro; com queda de R\$ 1,2 bilhão justificada pela sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Do lado dos dispêndios, verificou-se o aumento de R\$ 8,7 bilhões (28,1%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a novembro, explicada, principalmente, pelo acréscimo de R\$ 3,5 bilhões nas despesas com pessoal e encargos, pelo aumento de 2,5 bilhões das despesas discricionárias e pelo incremento de R\$ 2,4 bilhões dos dispêndios no âmbito do Projeto Piloto de Investimento Público.

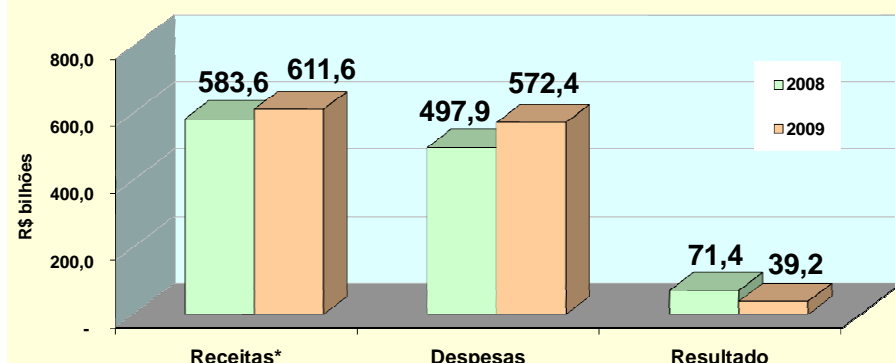
A Previdência Social apresentou superávit de R\$ 1,8 bilhão, contra déficit de R\$ 3,1 bilhões apurado em novembro. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 6,0 bilhões no mês, contra R\$ 453,3 milhões em novembro, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 4,3 bilhões em dezembro sendo que, em novembro, esse valor havia atingido déficit de R\$ 3,6 bilhões.

No ano de 2009, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 39,2 bilhões, contra R\$ 71,4 bilhões registrados em 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram aumento nominal de 4,8% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 15,0%.

Em 2009, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 39,2 bilhões, equivalente a 1,25% do PIB.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/09	DEZ/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.145,5	12.046,9
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.868,5	1.686,9
Total	12.176,5	13.896,2

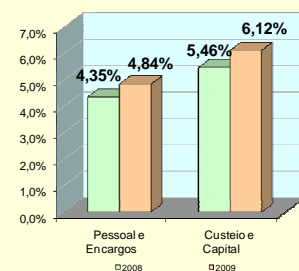
¹ Inclui auxílio financeiro

RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-DEZ (R\$ bilhões)

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	3,60%	2,64%
Previdência Social	-1,20%	-1,37%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	2,38%	1,25%

A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, da regularização de depósitos judiciais, de desonerações ocorridas no período e da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 0,9% (R\$ 5,1 bilhões) relativamente ao ano de 2008. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 13,3 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) aumento de R\$ 12,3 bilhões em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais efetivada sob amparo da MP nº 468/09 e as Portarias MF nº 510/09 e nº 531/09 iii) queda de R\$ 8,7 bilhões na arrecadação do IPI devido a alterações na legislação do imposto e à redução de 9,3% na produção industrial no período de janeiro a novembro de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008; iv) compensação, no ano corrente, de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e v) decréscimo de R\$ 5,6 bilhões (22,5%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL


Os investimentos cresceram 20,8% (R\$ 5,9 bilhões) em 2009 em comparação a 2008.

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 16,5% em termos nominais em 2009, frente a 2008. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,2 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 14,5 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde, superior em R\$ 7,1 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 3,5 bilhões. Cumpre salientar o incremento de R\$ 5,9 bilhões (20,8%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008, ao passo que os gastos com custeio cresceram R\$ 13,2 bilhões (14,2%).

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal, da reestruturação de carreiras dos servidores, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento dos gastos com investimentos.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 18,4% (R\$ 6,7 bilhões) relativamente ao ano de 2008, alcançando R\$ 42,9 bilhões frente aos R\$ 36,2 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	163.355,3	182.008,4	11,4%
Urbano	158.382,8	177.444,3	12,0%
Rural	4.972,5	4.564,1	-8,2%
Benefícios	199.562,0	224.876,4	12,7%
Urbano	159.652,1	180.026,3	12,8%
Rural	39.910,0	44.850,1	12,4%
Res. Primário	-36.206,7	-42.867,9	18,4%
Urbano	-1.269,3	-2.582,0	103,4%
Rural	-34.937,5	-40.286,0	15,3%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional diminuiu 4,3% relativamente ao mês anterior, refletindo o efeito de recolhimentos sazonais de tributos e da transferência, para a conta única, de depósitos judiciais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/09	DEZ/09
Impostos	23.867,6	24.866,7
Imposto de Renda	16.821,7	18.087,1
IPI	3.215,0	3.189,2
Outros	3.831,0	3.590,4
Contribuições	21.057,7	19.785,2
Cofins	12.240,3	12.218,5
CPMF	96,4	4,4
CSLL	3.830,1	2.679,6
Cide - Combustíveis	639,5	632,4
Outras	4.251,4	4.250,3
Demais	14.583,7	12.276,0
Cota parte	1.268,8	1.269,3
Diretamente Arrecadada	1.644,9	1.801,8
Dividendos da União	2.509,6	5.872,2
Concessões	12,6	105,4
Outras	9.147,8	3.227,3
Total Bruto	59.509,0	56.927,9

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

R\$ 18,6 bilhões (11,4%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 25,3 bilhões (12,7%) em decorrência do aumento de 10,1% no valor médio de benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 1,0 bilhão (19,2%) no pagamento de precatórios judiciais relativos a benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,6 bilhões, que corresponde a 6,0% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 40,3 bilhões (94,0% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 56,9 bilhões em dezembro contra R\$ 59,5 bilhões verificados em novembro de 2009 (redução de 4,3%). Este comportamento é explicado pelas quedas de R\$ 2,3 bilhões nas demais receitas do Tesouro e de R\$ 1,3 bilhão nas receitas de contribuições, parcialmente compensadas pelo incremento de R\$ 999,1 milhões na arrecadação de impostos.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 24,9 bilhões e as de contribuições R\$ 19,8 bilhões em dezembro, apresentando, respectivamente, crescimento de R\$ 999,1 milhões (4,2%) e redução de R\$ 1,3 bilhão (6,0%) em relação aos valores apurados em novembro. Essa evolução reflete os seguintes fatores: i) recolhimento semestral, em dezembro, do IRRF – Rendimentos do Capital sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos (Lei nº 10.892/2004); ii) transferência, em novembro, de depósitos judiciais e extrajudiciais, ao amparo da Medida Provisória nº 468/2009, seguindo cronograma definido por meio das Portarias MF nº 510/2009 e nº 531/2009; e iii) pagamentos, especialmente em novembro/2009, referentes ao Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 (Refis 2009).

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 12,3 bilhões no mês contra R\$ 14,6 bilhões registrados em novembro de 2009, apresentando redução de R\$ 2,3 bilhões (15,8%). Tal variação decorre dos seguintes fatores: i) o aumento de R\$ 3,4 bilhões na arrecadação de dividendos; e ii) a diminuição de R\$ 5,7 bilhões na arrecadação de outras receitas. Esta última é resultado de ingressos nessa conta ocorridos em novembro, sem correspondência ou com correspondência menos representativa em dezembro, tais como: os depósitos judiciais e extrajudiciais, anteriores à Lei nº 9.703/98, transferidos da Caixa Econômica Federal para o Tesouro Nacional, em conformidade com a MP no 468/09 e as Portarias MF no 510/09 e no 531/09; o recolhimento de débitos em atraso, conforme os benefícios da Lei nº 11.941/2009; e a primeira parcela do crédito prêmio do IPI, conforme Portarias MF no 470/09.

No consolidado do ano de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 569,8 bilhões, apresentando crescimento de R\$ 5,1 bilhões (0,9%) quando comparada ano de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,2%, contra 18,8% em 2008.

A variação na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- decréscimo de R\$ 8,7 bilhões (22,1%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nºs 11.774/2008, 11.727/2008 e 11.827/2008 e Decreto nº 6.707/08; ii) IPI – Automóveis, decorrente da alteração das alíquotas do imposto para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12 de dezembro de 2008, conforme Decretos nºs 6.687/2008, 6.809/2009 e 6.890/2009; iii) IPI – Vinculado à importação, decorrente da redução de 25,7% no valor em dólar das importações, da elevação de 8,5% na taxa média de câmbio e da elevação de 2,5% da alíquota média efetiva do tributo; e iv) IPI – Outros, devido à queda de 9,3% na produção industrial no acumulado de janeiro a novembro de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nºs 6.696, 6.809, 6.823, 6.825, 6.826 e 6.890, todos de 2009;
- decréscimo de R\$ 2,9 bilhões (2,4%) na arrecadação da Cofins refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 2,7 bilhões, nos meses de janeiro a novembro de 2009; ii) as desonerações promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009 e 12.024/2009 e pela Medida Provisória nº 465/2009; iii) transferência de depósitos judiciais para a conta única do tesouro nacional ao amparo da Medida Provisória nº 468/2009, seguindo cronograma definido por meio das Portarias MF nº 510/2009 e nº 531/2009; e iv) Recolhimento de débitos em atraso de acordo com a lei nº 11.941/2009;
- decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (5,4%) na arrecadação do IOF decorrente da alteração das alíquotas em conformidade com as desonerações reguladas pelos Decretos nºs 6.391, 6.453, 6.566, 6.613, 6.655 e 6.691, todos de 2008 e da alteração da alíquota nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983, 6.984, 7.011, todos de 2009;
- decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (18,6%) na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compen-

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	269.274,5	258.170,3
Imposto de Renda	191.755,1	191.596,5
IPI	39.466,1	30.752,6
Outros	38.053,4	35.821,2
Contribuições	215.427,1	212.514,0
Cofins	120.801,2	117.886,0
CPMF	1.147,8	284,8
CSLL	43.969,6	44.236,7
Cide - Combustíveis	5.934,3	4.828,4
Outras	43.574,2	45.278,1
Demais	80.030,9	99.161,7
Cota parte	25.031,7	19.412,0
Diretamente Arrecadada	22.470,1	23.533,7
Dividendos da União	13.363,8	26.683,0
Concessões	6.080,0	3.091,4
Outras	13.085,4	26.441,5
Total Bruto	564.732,6	569.846,0

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	8,96%	8,24%
Imposto de Renda	6,38%	6,11%
IPI	1,31%	0,98%
Outros	1,27%	1,14%
Contribuições	7,17%	6,78%
Cofins	4,02%	3,76%
CPMF	0,04%	0,01%
CSLL	1,46%	1,41%
Cide - Combustíveis	0,20%	0,15%
Outras	1,45%	1,44%
Demais	2,66%	3,16%
Cota parte	0,83%	0,62%
Diretamente Arrecadada	0,75%	0,75%
Dividendos da União	0,44%	0,85%
Concessões	0,20%	0,10%
Outras	0,44%	0,84%
Total Bruto	18,79%	18,18%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 foi influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	80.030,9	99.161,7
Cota parte	25.031,7	19.412,0
Plano do Servidor (CPSS)	8.140,3	9.239,8
Diretamente Arrecadada	22.470,1	23.533,7
Dividendos da União	13.363,8	26.683,0
Concessões	6.080,0	3.091,4
Outras	4.945,0	17.201,7

sações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;

- e) elevação de R\$ 193,3 milhões (0,2%) no IRRF, principalmente devido: i) ao aumento de R\$ 1,1 bilhão (11,4%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação de 8,5% da taxa média de câmbio em relação a 2008; ii) ao crescimento de R\$ 566,7 milhões (1,1%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial e da alteração da tabela de incidência do tributo em conformidade com a Lei nº 11.945/2009; e iii) à redução de R\$ 1,9 bilhão (7,8%) do IRRF – Rendimentos do Capital, devido principalmente à redução na taxa de juros.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 19,1 bilhões (23,9%) em relação ano de 2008, decorrente: i) do incremento de R\$ 13,3 bilhões das receitas de dividendos; ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,1 bilhão; iii) do acréscimo de R\$ 12,3 bilhões em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos depósitos da rede bancária para a conta Única do Tesouro Nacional e recolhimentos, especialmente em novembro/2009, referentes ao Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 iv) do decréscimo de R\$ 5,6 bilhões (22,5%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo; e v) da queda de R\$ 3,0 bilhões (49,2%) no volume arrecadado proveniente de concessões.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/09	DEZ/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.145,5	12.046,9
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.868,5	1.686,9
Total	12.176,5	13.896,2

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Nov	Dez
Terceiro Decêndio	13.416,9	10.962,0
Primeiro Decêndio	1.706,7	4.850,7
Segundo Decêndio	5.120,9	6.031,7
Total	20.244,6	21.844,4

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	101.880,6	97.560,6
CIDE - Combustíveis	1.578,9	962,4
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	5.216,1	3.900,0
Demais	24.399,9	25.260,8
Total	133.075,5	127.683,8

¹Inclui auxílio financeiro

Em dezembro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 13,9 bilhões, contra R\$ 12,2 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 14,1%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 12,0 bilhões, com aumento de R\$ 2,9 bilhões (31,7%) frente a novembro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no primeiro decêndio do mês. As demais transferências foram reduzidas para R\$ 1,7 bilhão, contra R\$ 2,9 bilhões transferidos em novembro, refletindo a redução sazonal de R\$ 1,2 bilhão na transferência de *royalties* e participação especial frente aos valores repassados no mês anterior.

Na comparação entre o acumulado ao longo de 2009 frente a 2008, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, redução de R\$ 5,4 bilhões (4,1%), atingindo a marca de R\$ 127,7 bilhões. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R\$ 4,3 bilhões (4,2%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; ii) pela queda de R\$ 3,6 bilhões (22,7%) nas transferências relativas aos *royalties* e participações especiais da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iii) pela

diminuição de R\$ 616,5 milhões (39,0%) nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, às alterações promovidas por meio do Decreto nº 6.446/2008 e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão; iv) pelo aumento de R\$ 1,9 bilhão (59,7%) das transferências relativas ao Fundeb decorrente dos valores desse repasse estabelecidos pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09; e vi) pelo incremento de R\$ 2,0 bilhões em outras transferências, em virtude do pagamento de R\$ 1,9 bilhão relativo a apoio financeiro aos Municípios, sem correspondência em 2008 (MP nº 462/2009 e Lei nº 12.058/2009).

Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 39,9 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 8,7 bilhões (28,1%) relativamente a novembro. Contribuíram para este resultado o aumento de R\$ 5,2 bilhões (29,7%) registrado nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 3,5 bilhões (25,9%) registrado na despesa de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais cresceram em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento da segunda parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) e das férias dos servidores do Poder Executivo.

O aumento observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, ao acréscimo de Outras Despesas de Custeio e Capital, R\$ 5,2 bilhões (39,5%). Por outro lado, houve diminuição nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas de R\$ 22,4 milhões (3,1%), enquanto as despesas do FAT aumentaram R\$ 50,6 milhões (2,4%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento no montante de R\$ 294,2 milhões em benefícios de abono salarial PIS/Pasep, contra R\$ 827,3 milhões no mês anterior (redução de 64,4%), conforme calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Por sua vez, os gastos com seguro desemprego atingiram R\$ 1,8 bilhão, em dezembro, despesa 47,2% superior a do mês de novembro.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a redução das despesas decorreu, principalmente, da execução do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF inferior em R\$ 182,8 milhões (138,6%) em relação ao mês anterior. Por outro lado, houve aumento nas despesas com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), em R\$ 197,4 milhões, e na Sustentação de Preços, em R\$ 71,0 milhões.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/09	DEZ/09
Pessoal e Encargos	13.400,3	16.869,3
Custeio e Capital	17.640,5	22.878,2
Despesas do FAT	2.101,1	2.151,7
Subsídios e Subvenções	722,7	700,3
LOAS/RMV	1.633,9	1.641,6
Outras	13.182,8	18.384,6
Transferência ao Bacen	104,0	142,1

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	NOV/09	DEZ/09
Agricultura	407,6	331,5
Custeio Agropecuário	2,3	2,6
Investimento Rural	6,2	0,4
Preços Agrícolas	172,0	60,2
- EGF	0,1	0,1
- AGF	131,9	-50,9
- Sustent. de preços	40,0	111,0
Pronaf	82,0	-3,7
Pesa	2,3	199,7
Cacau	0,2	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	113,4	69,4
FUNCAFÉ	3,3	2,9
Revitaliza	25,9	0,0
Outros	-5,8	24,8
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2,5	-2,3
Exportação (Proex)	-3,4	27,1
Total	401,8	356,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/09	DEZ/09
Sentenças Judiciais	14,2	13,3
Legislativo	93,2	111,8
Judiciário	359,2	484,6
Crédito Extraordinário ¹	176,2	301,7
PPI ²	1.931,9	4.288,6
Outras ³	160,5	236,0
Discricionárias	10.447,5	12.948,5
d/q Min. da Saúde	4.198,6	4.074,6
Min. do Des. Social	1.566,8	1.066,3
Min. da Educação	1.553,0	1.724,8
Min. da Defesa	999,4	2.279,7
Min. da Ciência e Tec.	404,2	573,0
Min. do Des. Agrário	157,1	245,0
Min. da Justiça	303,3	294,3
Min. da Previdência	163,0	144,2
Min. dos Transportes	129,1	144,5
Min. das Cidades	54,9	202,7
Demais	918,1	2.199,3
Total	13.182,8	18.384,6

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, arrendados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, o aumento de R\$ 5,2 bilhões (39,5%) concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, que tiveram uma execução a maior em R\$ 2,5 bilhões (23,9%). Dentre as despesas discricionárias houve um aumento no desempenho dos Ministérios da Defesa (R\$ 1,3 bilhão), da Educação (R\$ 171,8 milhões), da Ciência e Tecnologia (R\$ 168,9 milhões), e das Cidades (R\$ 147,8 milhões).. Ademais, os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos cresceram R\$ 2,4 bilhões (122,0%) em relação ao mês anterior.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	9,85%	10,99%
Pessoal e Encargos	4,35%	4,84%
Custeio e Capital	5,46%	6,12%
Despesas do FAT	0,70%	0,88%
Subsídios e Subvenções ¹	0,20%	0,17%
LOAS/RMV	0,53%	0,60%
Outras	4,03%	4,47%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,99% do PIB, contra 9,85% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 48,7 bilhões (16,5%) em relação a 2008, destacando-se os incrementos de R\$ 27,8 bilhões (16,9%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 20,8 bilhões (15,9%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registram aumento de 0,48 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,35% em 2008, para 4,84% em 2009. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 1,7 bilhão (6,9%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 16,9 bilhões (16,4%). Parte do aumento da despesa no âmbito dos Poderes decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal superior em 58,6% (R\$ 2,2 bilhões) ao realizado no mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,46% para 6,12% do PIB, (acrécimo de 0,66 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,44 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital'; ii) acréscimo de 0,18 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT; iii) aumento de 0,07 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e iv) redução de 0,03 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

Em 2009 as despesas do FAT atingiram R\$ 27,4 bilhões, contra R\$ 21,0 bilhões em relação ao ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 5,4 bilhões em 2009, contra R\$ 6,0 bilhões em 2008, decréscimo de R\$ 569,1 milhões (9,5%). Este resultado decorre da redução de R\$ 949,0 milhões (28,7%) na execução das operações oficiais de crédito, parcialmente compensada pela elevação de R\$ 380,0 milhões nas despesas com subvenção aos fundos regionais. No âmbito das operações oficiais de crédito destaca-se a ampliação dos retornos líquidos do FND, que passaram de R\$ 1,4 bilhão, em 2008, para R\$ 4,2 bilhões em 2009 (206,5%). Por outro lado, houve elevação de R\$ 2,6 bilhões na execução do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF. Verificou-se ainda queda nas despesas relativas aos seguintes programas: i) Custeio Agropecuário (R\$ 248,2 milhões); ii) Habitação

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2008	2009
Agricultura	3.618,6	5.800,0
Custeio Agropecuário	446,2	198,0
Investimento Rural	28,4	-87,0
Preços Agrícolas	786,6	3.348,5
- EGF	7,8	11,5
- AGF	-157,1	2.411,4
- Sustent. de preços	935,9	925,6
Pronaf	895,0	904,6
Pesa	475,8	458,5
Cacau	0,0	0,8
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	963,0	864,9
FUNCAFÉ	23,7	53,0
Revitaliza	0,0	58,7
Outros	-937,4	-4.008,4
Habitação (PSH)	332,2	193,3
FND	-1.388,0	-4.247,6
Exportação (Proex)	116,5	45,9
Total	2.681,2	1.791,6

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com

² Dados revisados

Em 2009, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 5,9 bilhões (20,8%) em relação ao exercício de 2008.

(PSH) (R\$ 138,8 milhões); iii) Investimento Rural (R\$ 115,3 milhões); iv) Fundo da Terra/Incrá (R\$ 98,1 milhões); v) Exportação/Proex (R\$ 70,6 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,9 bilhões (18,1%) em relação ao acumulado até dezembro de 2008. Essa variação é explicada pelo reajuste de 9,21% e 12,05% do salário mínimo nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a dezembro de 2009 relativamente a 2008 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,6 milhão aos portadores de necessidades especiais.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2009						
	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-dez/01	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média jan-dez/02	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média jan-dez/03	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média jan-dez/04	1.898.903	16%	821.288	31%	1.077.615	7%
média jan-dez/05	2.173.634	14%	1.002.778	22%	1.170.856	9%
média jan-dez/06	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	7%
média jan-dez/07	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-dez/08	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-dez/09	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 19,0 bilhões (15,7%) até dezembro em relação ao exercício anterior destacando-se os gastos discricionários com aumento de R\$ 14,5 bilhões (14,9%) e o Projeto Piloto de Investimento com R\$ 8,2 bilhões (105,2%). Responderam, principalmente, pelo crescimento dos gastos discricionários, os Ministério da Saúde (R\$ 7,1 bilhões), da Educação (R\$ 2,6 bilhões), da Defesa (R\$ 2,1 bilhão) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 1,0 bilhão). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela 11) atingiram R\$ 34,1 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 5,9 bilhões (20,8%) em relação ao ano de 2008.

O montante pago de restos a pagar (RP) até dezembro de 2009, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 17,5 bilhões, equivalentes a 55,4% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 60,6% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 9,2 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 44,2% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, os principais desempenhos concentraram-

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.526,4	1.740,4
Legislativo	1.128,9	1.071,8
Judiciário	4.507,5	4.425,7
Crédito Extraordinário ¹	6.743,4	3.236,7
PPI ²	7.837,2	16.081,9
Outras ³	1.791,4	1.478,1
Discricionárias	97.458,2	112.000,4
d/q Min. da Saúde	40.749,5	47.887,9
Min. do Des. Social	12.908,0	13.957,1
Min. da Educação	10.773,8	13.333,7
Min. da Defesa	7.580,6	9.656,9
Min. da Ciência e Tec.	3.706,1	3.877,2
Min. do Des. Agrário	1.921,3	2.206,9
Min. da Justiça	2.238,7	2.602,1
Min. da Previdência	1.333,6	1.565,3
Min. dos Transportes	1.453,2	1.068,9
Min. das Cidades	1.948,7	1.047,5
Demais	12.844,7	14.796,8
Total	120.992,9	140.034,9

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.172/2001.
³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



se principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 4,0 bilhões), da Educação (R\$ 3,0 bilhões), da Defesa (R\$ 1,7 bilhões) e das Cidades (R\$ 1,2 bilhão).

Previdência Social

Em dezembro de 2009, a Previdência Social registrou um superávit de R\$ 1,8 bilhão. No entanto, durante o ano acumulou um déficit de R\$ 42,9 bilhões, equivalente a 1,37% do PIB.

Em dezembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou superávit de R\$ 1,8 bilhão, contra déficit de R\$ 3,1 bilhões em novembro. O aumento da arrecadação deveu-se, principalmente, às contribuições incidentes sobre o pagamento das gratificações natalinas aos trabalhadores ocorrido em dezembro, enquanto que a elevação dos gastos previdenciários se explica pelo pagamento da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social. No acumulado do ano, observou-se um crescimento do déficit no montante de R\$ 6,7 bilhões (18,4%) em relação ao ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-DEZ (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	163.355,3	182.008,4	11,4%
Urbano	158.382,8	177.444,3	12,0%
Rural	4.972,5	4.564,1	-8,2%
Benefícios	199.562,0	224.876,4	12,7%
Urbano	159.652,1	180.026,3	12,8%
Rural	39.910,0	44.850,1	12,4%
Res. Primário	-36.206,7	-42.867,9	18,4%
Urbano	-1.269,3	-2.582,0	103,4%
Rural	-34.937,5	-40.286,0	15,3%

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	NOV	DEZ	JAN-DEZ	
	2009	2009	2008	2009
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	16.808,5	25.591,5	163.355,3	182.008,4
Arrecadação Bruta	18.356,7	27.239,8	180.891,1	201.172,2
- Contribuição Previdenciária	15.190,4	25.434,5	167.758,1	183.110,0
- Simples	1.644,1	1.460,5	10.730,0	13.501,0
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,0
- CFT	73,2	66,6	674,6	765,1
- Depósitos Judiciais	1.435,4	267,7	1.423,5	3.573,9
- Refis	13,6	10,5	304,9	222,2
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-40,9	-67,8	-545,2	-554,7
(-) Transferências a Terceiros	-1.507,4	-1.580,4	-16.990,6	-18.609,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	19.924,7	23.835,0	199.562,0	224.876,4
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.116,3	1.756,5	-36.206,7	-42.867,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,20%	-1,37%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 25,6 bilhões em dezembro, apresentando um crescimento de R\$ 8,8 bilhões (52,3%) relativamente aos ingressos líquidos do mês anterior. Esse aumento foi decorrente da arrecadação total das contribuições previdenciárias sobre a folha salarial relativas ao 13º salário. No acumulado do ano, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 18,7 bilhões (11,4%) em relação ao ano anterior. Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre

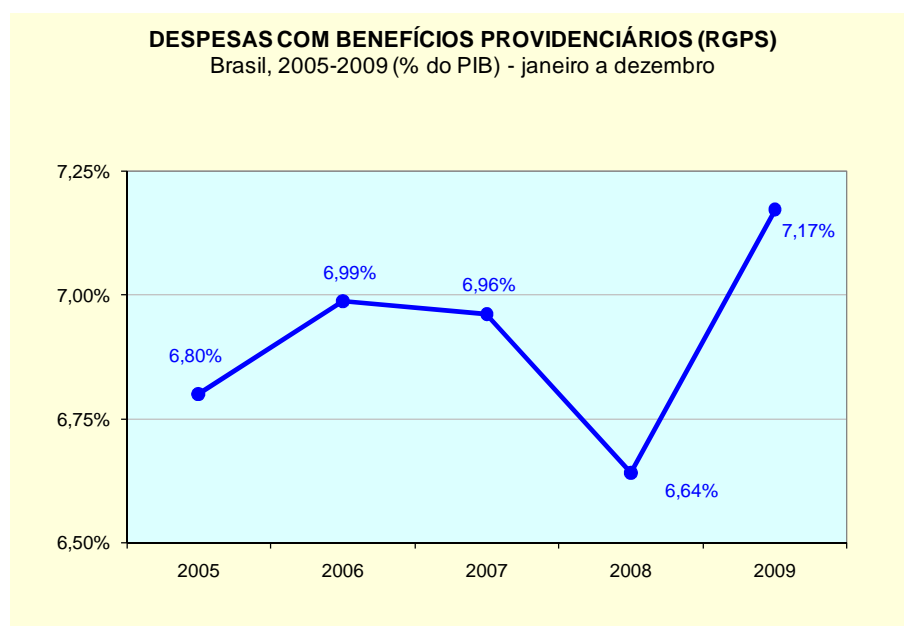
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,4	23,2	3,3%
Valor médio RGPS**	649,7	715,3	10,1%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

dezembro de 2008 e novembro de 2009 foi 11,3% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R\$ 23,8 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 3,9 bilhões (19,6%) com relação ao mês anterior. No acumulado de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se R\$ 25,3 bilhões (12,7%) em relação ao período correspondente em 2008. Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 65,53 (10,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 738,7 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R\$ 1,0 bilhão (19,2%) no pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a dezembro de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,80% do PIB e em 2009 correspondem a 7,17%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios apresentou um acréscimo de 0,09 ponto percentual do PIB por ano.



No estoque de benefícios de janeiro a dezembro de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 611,2 mil aposentadorias (4,3%) e de 182,0 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 73,3 mil benefícios de auxílio-doença (5,4%).

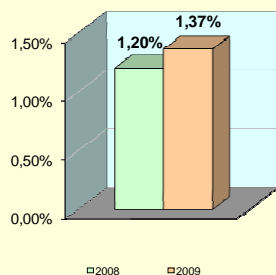
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,44%	5,81%
Urbano	5,27%	5,66%
Rural	0,17%	0,15%
Benefícios	6,64%	7,17%
Urbano	5,31%	5,74%
Rural	1,33%	1,43%
Res. Primário	-1,20%	-1,37%
Urbano	-0,04%	-0,08%
Rural	-1,16%	-1,29%

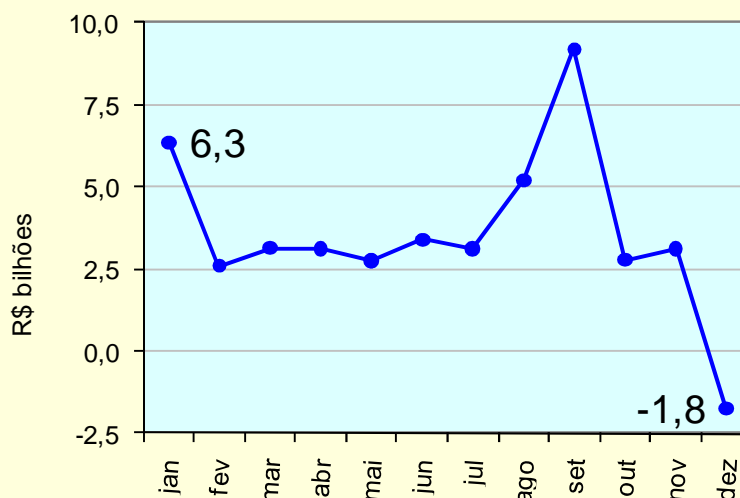
	Em mil benefícios			
	NOV 2009	DEZ 2009	JAN-DEZ 2008	JAN-DEZ 2009
Benefícios do RGPS	23.472	23.534	22.435	23.173
Previdenciários	22.671	22.736	21.649	22.371
Aposentadorias	15.020	15.076	14.179	14.785
Idade	7.824	7.857	7.340	7.687
Invalidez	2.895	2.903	2.803	2.871
Tempo de contribuição	4.302	4.317	4.036	4.227
Pensão por morte	6.438	6.458	6.185	6.368
Auxílio-Doença	1.090	1.078	1.191	1.103
Salário - maternidade	71	71	51	65
Outros	52	53	43	49
Acidentários	801	798	785	803
Aposentadorias	159	160	151	157
Pensão por morte	127	127	128	127
Auxílio - doença	164	162	153	168
Auxílio - acidente	275	275	272	274
Auxílio - suplementar	75	75	81	77

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,37 p.p. em relação ao período de janeiro a dezembro de 2008. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,53 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,37% do PIB, 0,16 p.p. maior que o registrado no ano anterior.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-DEZ(% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008/2009



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 813,0 bilhões em dezembro, o correspondente a 26,0% do PIB. Em comparação ao mês anterior, aumentou R\$ 44,8 bilhões em termos nominais, o equivalente a 1,0 ponto percentual do PIB. Houve aumento de R\$ 47,8 bilhões no estoque da dívida interna líquida, contra uma redução de R\$ 3,0 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

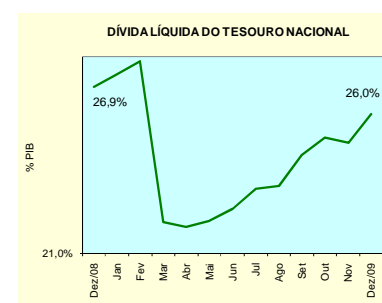
Em dezembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 813,0 bilhões ou 26,0% do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008		2009
	DEZ	NOV	DEZ
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	699.218	666.478	714.240
I.1. Dívida Interna	1.764.096	1.940.698	2.037.585
I.2. Haveres Internos	1.064.879	1.274.220	1.323.344
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	132.187	101.724	98.744
II.1. Dívida Externa	132.512	101.976	98.974
II.2. Haveres Externos	325	252	231
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	831.405	768.202	812.984
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	26,9%	24,9%	26,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



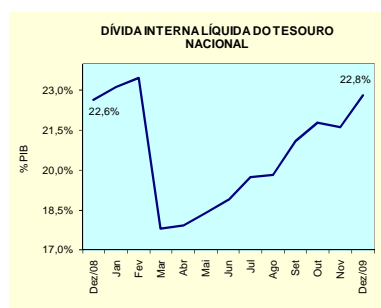
Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB reduziu 0,9 ponto percentual, passando de 26,9% em dezembro de 2008 para 26,0% em dezembro de 2009. Em termos nominais, a DLTN diminuiu R\$ 18,4 bilhões no mesmo período, resultado da redução de R\$ 33,4 bilhões no estoque da dívida externa líquida, que mais do que compensou o crescimento de R\$ 15,0 verificado no estoque da dívida interna líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de dezembro com um saldo de R\$ 714,2 bilhões, o equivalente a 22,8% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 47,8 bilhões em termos nominais, o que corresponde a 1,2 p.p. do PIB. Houve aumento de R\$ 96,9 bilhões no estoque da dívida, compensado em parte pelo aumento de R\$ 49,1 bilhões no saldo dos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, aumentou 0,2 p.p., passando de 22,6% em dezembro de 2008 para 22,8% em dezembro de 2009. Em termos nominais observou-se um crescimento de R\$ 15,0 bilhões, resultado do aumento de R\$ 273,5

bilhões no estoque da dívida interna compensado em grande parte pelo crescimento de R\$ 258,5 bilhões nos haveres internos.



Título	R\$ bilhões		
	2008 DEZ	2009 NOV	2009 DEZ
Em Poder do Público	1.265	1.390	1.398
LFT	453	520	500
LTN	239	233	247
NTN-B	299	322	330
NTN-C	59	58	58
NTN-F	168	219	224
Demais ¹	47	39	39
Aplic. em Tít. Púb.	-17	-19	-20
Na carteira do BCB	494	549	638
Total	1.742	1.920	2.017
% PIB	56,38%	62,3%	64,4%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em dezembro, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 714,2 bilhões, equivalentes a 22,8 % do PIB.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 DEZ	2009 NOV	2009 DEZ
I. DÍVIDA INTERNA	1.764.096	1.940.698	2.037.585
I.1. Dívida Mobiliária	1.741.680	1.919.608	2.016.627
DPMFi em Poder do Público ¹	1.264.823	1.389.868	1.398.415
DPMFi em Poder do Banco Central	494.311	549.108	637.815
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(17.454)	(19.368)	(19.603)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.416	21.090	20.957
II. HAVERES INTERNOS	1.064.879	1.274.220	1.323.344
II.1. Disponibilidades Internas	255.437	374.152	416.776
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	451.960	437.656	437.365
II.3. Haveres da Administração Indireta	210.251	218.365	220.854
II.4. Haveres Administrados pela STN	147.230	244.047	248.349
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	699.218	666.478	714.240
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	22,6%	21,6%	22,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais, elevou-se em R\$ 97,0 bilhões comparativamente ao mês de novembro (2,1 p.p. em relação ao PIB). Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 274,9 bilhões em termos nominais e de 8,0 p.p. em proporção do PIB, passando de 56,4% para 64,4% do PIB. O crescimento da DPMFi verificado no mês está associado à emissão líquida de R\$ 79,7 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 17,5 bilhões.

Na carteira de títulos em poder do público, o aumento foi de R\$ 8,5 bilhões, em decorrência da apropriação de juros no total de R\$ 12,5 bilhões compensado em parte pelo resgate líquido de R\$ 4,0 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve variação positiva de R\$ 88,7 bilhões, resultado da emissão líquida de R\$ 83,7 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 5,0 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de LFT (redução de R\$ 19,5 bilhões), de LTN (aumento de R\$ 14,7 bilhões) e de NTN-B (cujo estoque aumentou R\$ 7,9 bilhões).

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, DEZ/2009

Título	Saldo Nov/09	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Dez/09
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.389,9	34,0	-38,0	12,5	1.398,4
LFT	519,7	10,0	-33,1	3,6	500,2
LTN	232,6	15,1	-2,6	2,2	247,3
NTN-B	322,1	5,4	-1,5	4,0	330,0
NTN-C	57,7	0,0	0,0	0,3	58,0
NTN-F	218,8	3,2	0,0	2,2	224,2
Demais ¹⁴	39,0	0,2	-0,7	0,2	38,7
Na carteira do BCB	549,1	91,9	-8,2	5,0	637,8
Total	1.939,0	125,9	-46,2	17,5	2.036,2

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Discriminação	2009		
	2008		DEZ
	DEZ	NOV	
Lei 9.496/97	320,3	316,1	316,4
MP 2.185/01	50,1	50,2	50,3
Lei 8.727/93	41,6	38,0	37,6
Antecipação de Royalties	13,1	11,2	11,2
Bônus Renegociados	9,0	6,1	6,1
Lei 7.976/89	1,1	0,3	0,0
Demais Haveres	16,8	15,8	15,8
Total	452,0	437,7	437,4
% PIB	14,6%	14,2%	14,0%

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 49,1 bilhões em relação ao mês anterior. Houve aumento de R\$ 42,6 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 2,5 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 4,3 bilhões no estoque dos haveres administrados pela STN. Nos haveres junto aos governos regionais, houve redução de R\$ 290,8 milhões.

Relativamente aos haveres da administração indireta, a maior variação ocorreu nos haveres do FAT, cujo aumento alcançou R\$ 1,4 bilhão, além do aumento de R\$ 572,7 milhões nos haveres dos Fundos Regionais e de R\$ 529,7 milhões nos saldos de fundos diversos.

Em relação aos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 4,2 bilhões nos haveres de legislação específica, em função principalmente dos ajustes ocorridos nos saldos devedores dos contratos do BNDES, além do crescimento de R\$ 190,3 milhões nos saldos devedores das operações estruturadas e redução de R\$ 114,0 milhões nas demais operações.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais as variações mais significativas ocorreram nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, aumento de R\$ 308,0 milhões; nos saldos das dívidas refinanciadas ao amparo da Lei nº 8.727/93, redução de R\$ 324,2 milhões; e nos saldos das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 7.976/89, cuja redução foi de R\$ 293,6 milhões, em decorrência das amortizações semestrais.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Entidade	2009		
	2008		DEZ
	DEZ	NOV	
FAT	137,0	139,3	140,7
Fundos Regionais	44,9	50,5	51,1
Demais	28,3	28,5	29,1
Total	210,3	218,4	220,9

Dívida Externa Líquida

Em dezembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 98,7 bilhões, contra R\$ 101,7 bilhões em novembro. Houve redução de R\$ 3,0 bilhões em termos nominais e de 0,1 p.p. do PIB.

A Dívida Externa Líquida em dezembro totalizou R\$ 98,7 bilhões, equivalentes a 3,2% do PIB.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	DEZ	NOV	DEZ
I. DÍVIDA EXTERNA	132.512	101.976	98.974
I.1. Dívida Mobiliária	100.925	80.081	78.905
Euro	13.359	10.015	9.382
Global US\$	76.433	59.309	58.668
Global BRL	10.763	10.536	10.634
Demais	369	220	220
I.2. Dívida Contratual	31.587	21.895	20.070
Organismos Internacionais	26.514	18.534	16.855
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.073	3.361	3.214
II. HAVERES EXTERNOS	325	252	231
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	325	252	231
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	132.187	101.724	98.744
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	4,3%	3,3%	3,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

A variação nos valores nominais resultou da apropriação positiva de juros, R\$ 629,0 milhões, da variação cambial, R\$ 1,1 bilhão e do resgate líquido de R\$ 2,5 bilhões ocorrido no mês. Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 79,7% (R\$ 78,9 bilhões); e a dívida contratual representa 20,3% (R\$ 20,1 bilhões).

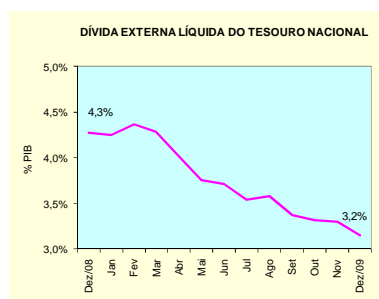


TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, DEZ/2009

Discriminação	Estoque Nov/09	Fatores de Variação ¹				Estoque Dez/09
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	Variação Cambial	
		R\$ milhões				
Dívida Mobiliária	80.081	960	(1.838)	566	(865)	78.905
Global US\$	59.309	960	(1.684)	425	(343)	58.668
Euro	10.015	-	(154)	43	(521)	9.382
Global BRL	10.536	-	-	98	-	10.634
Demais	220	-	(0)	1	(1)	220
Dívida Contratual	21.895	226	(1.858)	63	(257)	20.070
Org. Internacionais	18.534	190	(1.723)	47	(194)	16.855
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.361	36	(135)	15	(64)	3.214
Total	101.976	1.186	(3.695)	629,0	(1.122,0)	98.974

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional reduziu R\$ 33,4 bilhões em termos nominais, passando de

R\$ 132,2 bilhões em dezembro de 2008 para R\$ 98,7 bilhões em dezembro de 2009. Em percentual do PIB, a redução foi de 1,1 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Dezembro 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Dez/2008	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2009
I. RECEITA TOTAL	69.332,8	62.845,6	48.346,9	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5
I.1. Receitas do Tesouro	46.154,0	50.692,4	35.005,8	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3
I.1.1. Receita Bruta	47.255,0	50.868,5	35.366,2	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,6	40.225,6	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9
- Impostos	25.110,1	26.486,0	16.411,2	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.827,2	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7
- Contribuições	16.588,0	18.378,6	13.930,3	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.159,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2
- Demais ¹	5.556,8	6.003,9	5.024,7	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.099,9	-176,1	-360,4	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-1,1	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	22.964,2	12.031,8	13.169,2	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	22.463,6	11.733,2	12.867,7	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	500,6	298,6	301,5	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3
I.3. Receitas do Banco Central	214,6	121,4	171,9	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.515,9	10.457,2	10.934,3	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	11.592,0	8.888,8	8.279,2	6.611,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	1.329,7	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	273,9	0,0	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0
II.4. Demais	1.594,2	1.132,0	2.492,6	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	54.816,8	52.388,3	37.412,6	47.734,5	53.538,4	43.501,7	42.116,7	52.527,8	50.730,2	45.392,3	58.463,5	62.063,4	65.751,3
IV. DESPESA TOTAL	60.567,3	48.410,5	38.523,9	41.108,0	43.507,0	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	64.051,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	15.859,9	16.495,0	11.181,5	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	21.226,7	18.369,5	15.756,4	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	17.005,2	14.690,8	12.610,4	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	14.152,4	15.956,6	19.097,6	19.097,6
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.221,5	3.678,8	3.146,0	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5
IV.3. Custeio e Capital	23.061,8	13.346,7	11.333,9	12.259,1	14.879,7	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.878,2
IV.3.1. Despesa do FAT	1.708,8	1.465,5	1.553,8	2.065,6	1.705,4	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.101,1	2.151,7
- Abono e Seguro Desemprego	1.590,0	1.424,3	1.511,6	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5
- Demais Despesas do FAT	118,8	41,2	42,3	52,7	38,1	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	1.178,3	1.077,6	375,7	-1.489,9	716,3	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	700,3
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	872,8	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	305,5	324,0	241,1	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	344,0
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.392,1	1.386,5	1.467,8	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.639,9	1.641,6
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	18.782,6	9.417,2	7.936,6	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6
- Outras Despesas de Custeio	13.467,1	7.923,4	6.726,2	8.372,5	8.515,0	8.815,3	8.727,0	8.722,3	8.450,7	9.691,5	8.583,3	9.959,1	11.411,9
- Outras Despesas de Capital ⁶	5.315,5	1.493,8	1.210,4	1.695,4	2.361,7	2.515,1	2.748,7	2.989,9	2.250,7	3.301,3	3.373,3	3.223,7	6.972,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	145,9	54,2	107,8	92,0	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1
IV.5. Despesas do Banco Central	273,0	145,0	144,3	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	14.244,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-19.994,45	3.977,8	-1.111,3	6.626,5	10.031,4	-366,9	-618,2	1.509,6	3.382,7	-7.813,7	11.234,9	10.662,8	1.699,8
VI.1. Tesouro Nacional	-21.673,5	10.339,2	1.448,3	9.870,9	13.193,9	2.396,4	2.789,6	4.667,0	8.628,4	1.421,1	14.078,5	13.868,1	11,6
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	1.737,5	-6.337,7	-2.587,2	-3.130,6	-3.099,4	-2.739,7	-3.381,4	-3.093,5	-5.191,5	-9.172,8	-2.774,2	-3.116,3	1.756,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	5.458,4	-2.957,6	257,3	-8,3	-107,5	203,8	-322,2	13,0	-1.633,1	-4.874,9	344,6	453,3	6.049,7
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-3.720,9	-3.380,1	-2.844,5	-3.122,4	-2.991,9	-2.943,5	-3.059,2	-3.106,5	-3.558,4	-4.297,9	-3.118,8	-3.569,6	-4.293,1
VI.3. Banco Central ⁹	-58,4	-23,6	27,6	-113,8	-63,2	-23,6	-26,3	-63,8	-54,2	-62,0	-69,4	-89,0	-68,3
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	0,0	194,6	173,6	215,7	214,4	99,0	155,8	26,6	0,0	0,0	134,6	134,6	24,2
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-758,0	623,4	1.841,1	-1.026,5	615,8	-22,8	-674,3	154,5	515,8	-206,2	7,6	-84,9	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	-20.752,4	4.795,8	903,4	5.815,7	10.861,6	-290,8	-1.136,7	1.690,8	3.898,5	-8.019,9	11.377,1	10.712,4	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-14.308,6	-14.339,7	-7.867,9	-13.197,1	-13.949,9	-11.173,0	-10.666,6	-14.815,4	-13.191,4	-14.336,1	-11.491,3	-12.984,3	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-35.061,0	-9.543,9	-6.964,5	-7.381,4	-3.088,3	-11.463,7	-11.803,3	-13.124,6	-9.292,9	-22.356,0	-114,2	-2.271,9	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.142,4	850,0	689,1	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1
RMV ⁵	271,1	149,0	156,7	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL *

R\$ milhões

	Dez/2008	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	80.010,6	43.205,7	54.893,5	57.785,2	59.479,9	62.253,4	57.326,4	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6
I.1 - Recolhimento Bruto	52.163,7	28.006,0	39.410,2	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	2.136,9	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5
I.5 - Receita do Salário Educação	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	24.557,4	12.107,2	13.424,4	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	61.135,6	79.911,5	56.684,6	55.902,5	56.454,8	67.537,3	63.967,7	69.196,1	69.322,7	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9
II.1 - Liberações Vinculadas	15.469,4	13.426,1	13.615,8	10.159,3	12.006,4	14.767,8	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	12.222,9	9.476,5	8.827,1	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	671,8	1.406,4	2.268,3	1.031,5	1.016,0	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.244,9	2.380,7	2.357,9	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7
II.2 - Liberações Ordinárias	45.666,2	66.485,4	43.068,8	45.743,2	44.448,4	52.769,5	49.721,8	58.492,5	56.993,4	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.171,8	17.478,2	12.167,7	12.487,7	11.815,1	12.083,4	15.314,6	12.565,0	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	493,5	2.583,9	810,4	555,8	1.208,9	2.513,1	719,4	1.800,2	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2
i) Dívida Contratual Interna	72,1	70,5	103,1	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7
ii) Dívida Contratual Externa	421,5	2.513,4	707,3	446,1	1.103,1	2.422,1	617,9	1.705,9	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	10.909,6	22.415,3	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	14.293,5	7.176,0	8.791,3	11.193,7	11.648,0	12.020,9	13.544,0	12.438,1	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	18.875,0	-36.705,8	-1.791,1	1.882,7	3.025,1	-5.283,9	-6.641,3	-14.810,0	-8.124,5	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	68.171,1	20.204,1	20.741,7	25.684,9	-3.428,6	32.074,9	50.618,1	26.731,6	-21.287,6	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	66.843,8	19.326,5	19.221,0	24.427,4	-4.900,3	30.707,0	49.166,2	25.791,3	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.327,3	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5
V. DESPESAS	21.618,0	74.643,1	3.173,1	26.021,7	27.675,6	27.050,4	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	21.462,8	72.787,7	1.346,6	25.548,1	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5
V.1.2 - Dívida Contratual	185,8	117,3	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	155,1	1.855,4	1.826,5	473,6	604,4	2.083,7	2.333,0	1.041,0	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	45.566,8	-53.343,9	18.053,3	-900,9	-31.787,9	5.919,6	35.293,2	-3.348,8	-25.625,6	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	31.992,5	-24.212,8	832,7	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	97.420,6	-115.357,6	16.610,2	11.772,3	-13.606,9	6.337,4	27.829,4	-33.097,5	9.006,0	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Dez/2008	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	31.992,5	13.287,2	1.832,7	10.226,4	25.972,2	17.396,8	3.735,8	11.344,0	42.996,9	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5
I.1. Emissão de Títulos	29.469,3	11.577,4	0,0	7.585,4	22.865,1	14.003,8	222,8	8.176,9	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	37.500,0	1.000,0	0,0	11.500,0	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6
II.1. Resgate de Títulos	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9
II.2. Encargos da DPMF	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7
III. RESULTADO (I - II)	31.992,5	-24.212,8	832,7	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Dez/2008	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4	2,0	2,3	2,6
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL¹	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7	-13,0	23,2	-1,8	6,2	0,4
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5	1.030,3	172,0	60,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3	1.003,4	131,9	-50,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2	26,8	40,0	111,0
IV. PRONAF	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0	106,1	22,4	28,5	100,6	217,6	110,5	82,0	-3,7
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	9,9	191,3	3,0	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4	7,7	49,0	10,2
IV.2. Concessão de Financiamento ²	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1	-3,4	15,8	20,2	93,4	-145,9	102,9	33,1	-13,9
V. PROEX	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1	-9,8	-3,4	27,1
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,8	88,9	1,0	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9	19,8	7,3	33,7
V.2. Concessão de Financiamento ²	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)³	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9	1,0	2,3	199,7
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2	3,4	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA²	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4	130,2	113,4	69,4
XI. FUNCAFÉ	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6	1,2	3,3	2,9
XII. REVITALIZA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,9	0,0
XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)²	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3
XIV. TOTAL	671,6	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	289,9	-1.782,5	480,5	569,9	595,1	1.264,3	401,8	356,3

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

² Concessão de empréstimos menos retornos.

³ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/08	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/09
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	699.217,7	711.250,2	715.153,6	540.251,0	543.876,3	557.926,9	571.141,3	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.872,9	666.478,3	714.240,0
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5
DPMFi em Poder do Público ¹	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5
DPMFi em Poder do Banco Central	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2
Demais Obrigações Internas	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.062,7	1.274.219,8	1.323.344,5
Disponibilidades Internas	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	416.776,2
Haveres junto aos Governos Regionais	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9
Haveres da Administração Indireta	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.870,0	218.365,0	220.854,1
Haveres Administrados pela STN	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	132.187,0	130.836,8	133.223,7	130.070,3	121.907,4	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6
II.1. DÍVIDA EXTERNA	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4
Dívida Mobiliária	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7
Dívida Contratual	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7
II.2. HAVERES EXTERNOS	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	831.404,7	842.087,0	848.377,3	670.321,3	665.783,7	671.686,2	683.581,2	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.237,8	768.202,2	812.983,7
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	26,9%	27,4%	27,8%	22,1%	21,9%	22,2%	22,6%	23,3%	23,4%	24,5%	25,1%	24,9%	26,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/08	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/09
I. DÍVIDA INTERNA	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO¹	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5
LFT	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2
LTN	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5
NTN-B	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9
NTN-C	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3
NTN-F	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1
Dívida Securitizada	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1
Demais Títulos em Poder do Público	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0
LFT	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3
LTN	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2
II. DÍVIDA EXTERNA	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7
Euro	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0
Global US\$	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0
Global BRL	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3
Demais Títulos Externos	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7
Organismos Multilaterais	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5
III. DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	1.896.608,7	1.816.262,2	1.847.951,5	1.881.851,6	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9
DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL/PIB¹²	61,4%	59,0%	60,6%	62,0%	61,3%	61,5%	63,9%	64,5%	66,1%	66,3%	66,2%	66,3%	68,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/08	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/09
I. HAVERES INTERNOS	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.062,7	1.274.219,8	1.323.344,5
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	416.776,2
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9
Bônus Renegociados	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2
Antecipação de Royalties	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.870,0	218.365,0	220.854,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7
Fundos Constitucionais Regionais	44.935,7	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.882,4	50.546,5	51.119,2
Fundos Diversos	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8
Haveres de Operações Estruturadas	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1
Haveres Originários de Privatizações	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4
Haveres de Legislação Específica	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1
Demais Haveres Administrados pela STN	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8
II. HAVERES EXTERNOS	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.065.204,0	974.175,2	999.574,2	1.211.530,3	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.313,0	1.274.472,2	1.323.575,2
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	34,5%	31,7%	32,8%	39,9%	39,3%	39,3%	41,3%	41,2%	42,7%	41,8%	41,1%	41,4%	42,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO DEZEMBRO 2009/2008 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	53.432,4	53.432,4	3.117,8	13.767,7	16.885,5	256.305,5	37.453,3	37.453,3	3.735,2	25.503,2	29.238,4
Senado Federal	58.516,6	19.423,3	19.423,3	10.472,7	24.464,9	34.937,6	43.377,9	16.266,2	16.266,2	7.789,9	7.484,4	15.274,3
Tribunal de Contas da União	53.188,6	51.753,0	51.753,0	7.301,2	26.014,4	33.315,6	39.779,8	37.377,5	37.377,5	7.540,1	11.953,8	19.493,9
Supremo Tribunal Federal	70.956,0	65.065,9	65.065,9	10.307,9	51.090,1	61.398,0	64.313,8	54.860,7	54.860,7	5.832,6	55.556,0	61.388,6
Superior Tribunal de Justiça	11.516,8	10.832,7	10.832,7	2.993,2	14.034,3	17.027,4	23.716,2	23.527,1	23.527,1	6.604,5	7.801,4	14.406,0
Justiça Federal ³	240.900,4	347.127,1	347.127,1	210.394,8	169.721,6	380.116,4	266.390,6	433.554,2	433.554,2	269.008,3	120.760,3	389.768,6
Justiça Militar	6.427,7	4.674,9	4.674,9	798,5	2.656,0	3.454,5	10.287,7	9.042,1	9.042,1	4.487,1	3.962,2	8.449,3
Justiça Eleitoral	354.251,2	330.979,7	330.979,7	182.200,4	90.628,9	272.829,3	442.470,1	426.295,4	426.295,4	91.212,5	146.697,3	237.909,8
Justiça do Trabalho	202.986,8	177.682,8	177.682,8	40.390,4	144.235,4	184.625,8	204.501,0	198.452,7	198.452,7	54.105,0	135.392,6	189.497,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	25.913,9	27.214,1	27.214,1	10.585,4	43.820,8	54.406,1	58.908,9	56.136,8	56.136,8	15.494,0	16.426,1	31.920,1
Presidência da República ⁴	1.902.884,0	982.112,1	982.112,1	383.528,4	291.888,8	675.417,3	2.438.678,8	1.863.898,9	1.863.898,9	544.361,7	686.652,8	1.231.014,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	53.657,1	33.872,2	33.872,2	2.740,0	16.994,9	19.734,9	492.504,8	269.721,3	269.721,3	23.188,5	32.137,5	55.326,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	857.320,1	698.628,2	698.615,7	152.177,3	342.241,2	494.418,6	1.133.942,4	1.042.891,2	1.042.891,2	187.670,8	502.009,3	689.680,0
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.238.947,9	1.014.171,0	1.014.171,0	433.232,6	308.346,7	741.579,2	1.399.117,8	1.154.359,4	1.154.359,4	624.102,0	448.278,3	1.072.380,3
Ministério da Fazenda	479.322,8	378.821,5	378.821,5	311.178,1	130.880,7	442.058,7	1.296.855,6	1.058.923,7	1.058.923,7	74.390,9	53.654,7	128.045,6
Ministério da Educação	3.782.129,8	3.129.163,9	3.129.163,9	771.970,6	1.632.546,6	2.404.517,2	5.831.553,6	4.692.070,9	4.692.070,9	1.298.066,9	1.780.341,5	3.078.408,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.170,7	60.939,2	60.939,2	25.295,2	28.069,1	53.364,4	245.653,0	69.383,8	69.383,8	18.752,4	14.901,3	33.653,6
Ministério da Justiça	1.684.876,1	1.153.077,5	1.153.077,5	554.688,2	318.609,6	873.297,8	936.003,2	665.741,6	665.746,9	198.726,7	475.051,6	673.778,3
Ministério de Minas e Energia	62.547,6	27.835,0	27.835,0	11.947,7	18.240,8	30.188,6	68.885,1	54.568,9	54.568,9	21.643,9	15.669,7	37.313,6
Ministério da Previdência Social	172.228,2	133.640,9	133.640,9	21.278,6	52.757,0	74.035,6	812.729,9	443.627,6	443.627,6	24.478,5	107.922,6	132.401,1
Ministério Público da União	193.566,6	161.436,6	161.436,6	23.863,7	165.221,0	189.084,7	171.962,8	140.429,6	140.429,6	14.410,0	127.455,9	141.865,9
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	42.218,6	42.218,6	40.397,4	1.318,0	41.715,4	131.416,0	45.286,6	45.286,6	41.168,1	1.760,5	42.928,6
Ministério da Saúde	4.001.789,7	2.612.440,0	2.612.440,0	310.858,5	969.507,9	1.280.366,3	4.345.814,2	3.448.205,8	3.448.205,8	407.748,1	1.316.503,4	1.724.251,5
Ministério do Trabalho e Emprego	91.778,5	36.668,6	36.668,6	19.103,6	12.351,2	31.454,8	67.315,2	38.070,6	38.070,6	10.218,2	12.853,2	23.071,4
Ministério dos Transportes	10.977.481,4	8.319.715,2	8.319.715,2	1.907.794,6	4.100.462,0	6.008.256,6	12.559.354,5	10.598.696,5	10.598.696,5	4.158.348,1	4.835.528,9	8.993.876,9
Ministério das Comunicações	47.584,4	26.593,8	26.593,8	1.022,0	349.190,6	350.212,6	114.151,8	36.850,3	36.850,3	2.000,3	24.720,3	26.720,6
Ministério da Cultura	272.344,1	112.195,1	112.195,1	31.613,1	76.284,5	107.897,6	207.900,1	129.051,4	129.051,4	20.550,8	57.248,8	77.799,6
Ministério do Meio Ambiente	167.341,8	50.779,3	50.779,3	12.935,8	24.574,3	37.510,1	111.359,1	67.666,3	67.666,3	12.303,5	34.687,2	46.990,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.466.880,9	1.367.029,6	1.367.029,6	790.427,5	440.953,3	1.231.380,7	2.130.885,9	1.564.953,4	1.564.953,4	824.318,1	468.915,6	1.293.233,8
Ministério do Esporte	892.507,9	646.000,1	646.000,1	9.708,3	209.352,2	219.060,5	1.031.339,1	690.660,9	690.660,9	2.541,2	195.068,7	197.609,9
Ministério da Defesa	4.318.541,8	4.182.595,0	4.182.583,5	2.333.284,3	1.618.627,7	3.951.912,0	7.142.665,4	5.566.727,3	5.566.727,3	3.208.376,2	1.482.979,5	4.691.355,7
Ministério da Integração Nacional	5.498.711,5	3.910.445,0	3.910.444,0	554.507,1	1.540.767,2	2.095.274,3	5.659.061,7	4.603.737,2	4.603.737,2	1.309.445,4	2.221.226,3	3.530.671,7
Ministério do Turismo	2.258.686,4	1.717.486,8	1.717.486,8	87.204,0	764.333,3	851.537,3	2.090.875,0	1.723.844,0	1.723.844,0	32.398,0	441.687,2	474.085,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	196.542,2	178.854,8	178.854,8	80.901,3	59.903,2	140.804,4	319.573,9	190.073,7	190.073,7	110.494,4	57.300,4	167.794,7
Ministério das Cidades	7.403.817,7	5.890.447,8	5.890.447,8	1.083.668,8	3.780.911,9	4.864.580,7	8.704.383,3	7.459.137,1	7.459.137,1	1.922.492,6	2.652.638,8	4.575.131,3
TOTAL	50.645.304,2	37.955.353,8	37.955.328,8	10.433.888,9	17.834.767,8	28.268.656,7	60.854.033,7	48.911.543,7	48.911.550,8	15.558.004,5	18.578.731,2	34.136.735,7

Dados preliminares.

¹ Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte.

⁴ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁵ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIV - nº 12 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

DEZEMBRO / 2009

Comentários

Em dezembro de 2009 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 37,3%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, incluindo o repasse adicional de 1% do FPM instituído pela Emenda Constitucional 55 de 2007, sem considerar esse repasse adicional de R\$ 2.100.443 (mil), a variação foi positiva de 7,8%. As transferências a título de FPE/FPM naquele mês atingiram o montante de R\$ 9.792.447,8 (mil), ante R\$ 7.133.760,8 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

No cálculo da variação mensal informada acima está incluído o repasse adicional de 1% do FPM instituído pela Emenda Constitucional 55 de 2007, sem considerar esse repasse adicional de R\$ 2.100.443 (mil), o acréscimo em relação ao mês anterior foi de 7,8%.

Com relação ao FPM a diferença acumulada em 2009 em relação ao ano anterior foi de -5,4%, considerada a dedução para o FUNDEB, esta diferença negativa foi parcialmente compensada em 2009 através do Apoio Financeiro para os Municípios instituído pela Lei 12.058/09, tendo sido entregues aos municípios nessa modalidade de transferência até 31/12/2009 o montante de R\$ 1.867.496 (mil).

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2008			2009			Variação Nominal		
	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Dez/2009 Nov/2009	Dez/2009 Dez/2008	Jan a Dez/2009 Jan a Dez/2008
FPM	3.671.774,7	6.031.962,9	42.301.648,2	3.647.945,9	6.033.658,5	40.001.030,8	65,4%	0,0%	-5,4%
FPE	3.508.584,5	3.692.814,1	38.350.492,4	3.485.814,8	3.758.789,3	36.206.411,4	7,8%	1,8%	-5,6%
IPI-Exp	268.547,7	139.688,3	2.951.036,9	182.642,1	265.128,4	2.263.212,7	45,2%	89,8%	-23,3%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%, menos em relação ao FPM 1% da Emenda Constitucional 55/2007

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
DEZEMBRO	- 1 %	+ 7,8 %	-1%	+ 7,8 % *	+ 31 %	+ 45,2 %

*Observação: no realizado do FPM não foi considerada a parcela do 1% da Emenda Constitucional 55/2007.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	JAN/DEZ *	FEV/JAN	MAR/FEV
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 17 %	+ 16 %	- 22 %
IPI - EXP	- 9 %	+ 9,0 %	- 17 %

* Obs.: Na variação do FPM de janeiro não foi considerado os lançamentos em Dez/09 a título do 1% - Emenda Constitucional 55/2007

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2009 a 20/12/2009, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			R\$ Mil				
	IPI	IR	IPI + IR	Data do Crédito	FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
NOV/3º DEC	2.308.988	8.652.984	10.961.972	DEZ/1º DEC	1.887.007	1.974.373	184.768	4.046.148
DEZ/1º DEC	535.673	4.315.070	4.850.743	DEZ/2º DEC	834.328	873.134	42.854	1.750.315
DEZ/2º DEC	468.836	5.562.886	6.031.723	DEZ/3º DEC	1.037.454	1.085.708	37.507	2.160.669
TOTAL	3.313.498	18.530.940	21.844.438	TOTAL	3.758.789	3.933.215	265.128	7.957.133
Emenda Constitucional 55/2007 FPM 1% Creditado em 09 e 10/12/09						2.100.443		
Total FPM DEZ/09						6.033.658		

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB, menos em relação ao FPM 1% da Emenda Constitucional 55/2007;
- Na arrecadação bruta encontram-se incluídas receitas do IR no valor de R\$ 223.799(mil) e de IPI no valor de R\$ 29.403(mil), decorrentes da classificação dos Depósitos Judiciais previstos no Anexo Único da Portaria MF nº 531, de 12/11/09, e recolhidos ao Tesouro Nacional, em 27/11/09, tendo sido calculados com base na classificação por estimativa - Portaria MF nº 232, de 20/05/09, os repasses constitucionais correspondentes ocorreram em 09/12/09;
- Também estão incluídas na arrecadação bruta acima receitas de IR no valor de R\$ 964.943(mil) e de IPI no valor de R\$ 213.926(mil), decorrentes de classificação por estimativa efetuada pela Receita Federal do Brasil com fulcro na Portaria MF nº 232 de 20/05/2009, cujo crédito aos beneficiários das transferências constitucionais ocorreu em 29/12/09. A referida classificação teve como base receitas arrecadadas no período de Set a Nov/09
- Estão incluídos na distribuição do 3º decêndio de dezembro, os valores de FPM - R\$1.523(mil) FPE - R\$1.935(mil) e IPI-Exp - R\$ 61(mil), relativos à atualização monetária das quotas creditadas em 28/09/2009 e 28/10/2009, de classificação dos Depósitos Judiciais - Dívida Ativa e da quota creditada em 30/09/2009, referente à classificação de Depósitos Judiciais provenientes do Banco do Brasil.
- No caso do crédito do FPM relativo à Emenda Constitucional 55/2007 (1%) o período de apuração da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR foi de 01/12/2008 a 30/11/2009

Distribuição dos Fundos

Estados	UF	R\$ Mil		
		FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	31.316,8	128.588,2	37,8
ALAGOAS	AL	142.692,4	156.369,4	784,3
AMAZONAS	AM	84.476,0	104.885,3	3.192,5
AMAPÁ	AP	20.950,5	128.249,9	248,8
BAHIA	BA	546.025,6	353.183,4	17.799,5
CEARÁ	CE	313.269,9	275.778,6	2.351,7
DISTRITO FEDERAL	DF	9.781,3	25.943,2	263,0
ESPÍRITO SANTO	ES	103.723,2	56.381,8	10.875,1
GOIÁS	GO	218.409,2	106.866,1	4.201,3
MARANHÃO	MA	250.648,0	271.316,9	2.738,5
MINAS GERAIS	MG	790.712,3	167.435,3	31.882,2
MATO GROSSO DO SUL	MS	91.519,9	50.067,1	1.778,8
MATO GROSSO	MT	111.172,8	86.749,1	3.125,0
PARÁ	PA	219.039,1	229.737,2	12.310,8
PARAÍBA	PB	194.230,5	180.004,7	558,5
PERNAMBUCO	PE	302.473,6	259.364,0	1.628,7
PIAUI	PI	159.019,8	162.432,3	76,8
PARANÁ	PR	412.252,5	108.373,4	25.429,3
RIO DE JANEIRO	RJ	177.422,8	57.423,0	41.940,0
RIO GRANDE DO NORTE	RN	149.105,2	157.038,5	444,0
RONDÔNIA	RO	54.560,6	105.832,5	829,1
RORAIMA	RR	37.550,2	93.244,3	12,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	408.931,2	88.512,0	31.155,0
SANTA CATARINA	SC	234.063,4	48.105,0	18.121,0
SERGIPE	SE	87.290,1	156.189,0	231,4
SÃO PAULO	SP	797.879,9	37.587,9	53.025,7
TOCANTINS	TO	85.141,9	163.131,5	86,6
TOTAL		6.033.658,5	3.758.789,3	265.128,4

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB, menos em relação ao FPM 1% da Emenda Constitucional 55/2007.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 239, de 15 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br